



Universidades Lusíada

Pinto, Alberto Cruz Reaes, 1932-

Reflexões sobre arquitectura e mudança

<http://hdl.handle.net/11067/460>

Metadados

Data de Publicação

2013

Resumo

A crise sistémica e violenta que estamos a sentir, pode também ser uma oportunidade, numa fase de Mudança, para encontrarmos outro tipo de Arquitectura, mais adequado para o desenvolvimento das nossas cidades, para sabermos intervir de uma maneira mais sustentável no nosso património construído e tendo presente o esgotamento relativamente à construção nova de Edifícios. Defendemos uma reflexão sobre qual o modo de fazer Arquitectura, que considere melhor os nossos recursos, as nossas tecnologias...

Palavras Chave

Arquitectura - Filosofia

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FAA] RAL, n. 4 (1.º semestre 2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:36:24Z com informação proveniente do Repositório

REFLEXÕES SOBRE ARQUITECTURA E MUDANÇA

Alberto Reaes Pinto

RESUMO

A crise sistémica e violenta que estamos a sentir, pode também ser uma oportunidade, numa fase de Mudança, para encontrarmos outro tipo de Arquitectura, mais adequado para o desenvolvimento das nossas cidades, para sabermos intervir de uma maneira mais sustentável no nosso património construído e tendo presente o esgotamento relativamente à construção nova de Edifícios. Defendemos uma reflexão sobre qual o modo de fazer Arquitectura, que considere melhor os nossos recursos, as nossas tecnologias, o nosso clima e a nossa identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitectura; mudança; sustentabilidade; identidade.

ABSTRACT

The violent and systemic crisis we are going through can also be an opportunity. In a time of change, we have to find another type of architecture more suited to the development of our cities. More precisely, we have to look for new forms of intervening in a more sustainable way that take into account both our built heritage and the exhaustion in terms of the construction of new buildings. We offer a reflection on what kind of architecture better takes into account our resources, technologies, climate and identity.

KEY-WORDS

Architecture; change; sustainability; identity.

1. INTRODUÇÃO

Numa altura de crise dramática, como a que estamos a atravessar, que nos trava e faz retroceder, mas que também pode ser uma oportunidade, numa fase de mudança, para nos fazer reflectir que tipo de Arquitectura, que modelo de Cidade pretendemos, como queremos tratar o nosso património, parece certo que os modelos que temos adoptado, até aqui, estão esgotados.

Numa época de globalização hegemónica, com certeza com aspectos positivos, de divulgação da ciência, do conhecimento, da tecnologia, da cultura e da arte, mas que também desvaloriza as culturas locais e a pluralidade de formas de conhecimento, assistimos à divulgação e “imposição” de Modas, que muitas vezes adaptamos facilmente, sem reflectir, sem critério, não considerando os nossos recursos, as nossas tecnologias, o nosso clima, a nossa cultura e identidade. E pensa-se que, na busca de soluções adequadas para a resolução sustentável dos nossos problemas locais, mais particularmente, na arquitectura e no urbanismo, é também de esperar o contributo que as nossas Escolas de Arquitectura possam dar neste âmbito.

Nessa situação, considera-se que o Arquitecto deve ter uma visão integrada da realidade onde actua, na qual a tendência é para uma maior ligação entre a Arte, a Tecnologia e o

Desenvolvimento, e uma actividade inter-profissional com todos os outros actores que intervêm na área da Cidade, nos edifícios novos e na reabilitação dos edifícios existentes.

2. A CIDADE

A Cidade é um organismo vivo, sempre em mudança. A época que vivemos é de grandes alterações que se refletem em três vertentes fundamentais da Sustentabilidade - económica, social e ambiental - que necessitam de ser geridas de forma mais equilibrada.

Estas mudanças têm que se fazer no sentido de inventar soluções para que a Cidade possa dar resposta às necessidades do presente, não comprometendo o futuro, evitando que se torne num organismo anquilosado e estabelecendo uma relação melhor com os cidadãos.

A Cidade consome grandes quantidades de recursos, materiais, energia, água e produz grande quantidade de resíduos, representando uma enorme carga para o ambiente.

Segundo a carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, carta de Aalborg, nos últimos 40 anos registou-se uma duplicação da população existente no mundo, com uma sobrecarga para as Cidades da ordem dos 80% da população europeia e de 50% da população mundial. Estima-se, por isso, que as Cidades possam consumir, a nível mundial, cerca de três quartos de energia, fundamentalmente de energias fósseis, e que produzam um montante semelhante da poluição global.

Verificando-se, no desenvolvimento das Cidades, uma tendência de maior densidade, de grande concentração, há que gerir a Cidade e encontrar soluções no sentido de aproveitar os aspectos positivos que daí possam resultar, para a obtenção de economias sistémicas, tais como as relativas às infraestruturas de redes viárias, de transportes, de energia, de águas e esgotos, e de recolha de lixos. Dessa concentração pode também resultar uma redução das superfícies impermeáveis, a oferta de mais espaços verdes e o aumento da proximidade.

A Cidade deve diversificar a sua oferta no sentido de aumentar a qualidade de vida das pessoas, para que se sintam bem, para que possam ter melhores oportunidades quanto à obtenção de habitação, de empregos, de bens e de serviços, de cultura e de diversão, de mobilidades (com incentivo à mobilidade eléctrica) e de redução da poluição.

Na dinâmica da Cidade, a melhor gestão do solo e a manutenção e reabilitação do ambiente construído são fundamentais para atrair o investimento e o interesse das pessoas.

O grande desafio para as Cidades compactas e “verdes” é tornar possível a conciliação de toda esta complexidade de vertentes, no sentido de maior eficiência de produção e utilização sustentável.

3. CONSTRUÇÃO NOVA DE HABITAÇÃO

Relativamente à construção nova, em Portugal, e à situação actual de profunda retracção em que se encontra a Indústria da Construção, na qual os arquitectos e todos os actores, que nela exercem a sua actividade, estão incluídos, verifica-se um acentuado desequilíbrio entre a oferta e a procura. Colmatados os nossos grandes deficits estruturais, o mercado de construção nova, mais especificamente de habitação, encontra-se numa situação de saturação e contém um excedente de fogos novos sem escoamento, situação agravada pela dificuldade ou quase ausência na obtenção de financiamento por parte da Banca.

Numa altura de mudança, em que a indústria de construção (e as indústrias paralelas a montante e a jusante), apesar dos seus aspectos positivos para a economia nacional, continua a ter uma actividade que produz grandes impactes negativos ambientais, é necessário que estes sejam avaliados e reduzidos no sentido de inseri-la no âmbito e princípios da construção sustentável.

Para tal, há que encontrar outros modelos de construção, com tecnologias mais adequadas e produtivas, tendo presente o estágio de desenvolvimento tecnológico de cada país ou região, a existência económica e sustentável de matérias primas e a quantidade e qualidade de mão-de-obra. Torna-se, ainda, imprescindível a redução dos impactes negativos ambientais, que resultam da exploração e transformação dos recursos naturais, da sua reciclagem e reutilização, a maior utilização de materiais renováveis, a redução dos resíduos, da poluição e do consumo de energia e a utilização de energias renováveis.

Considera-se que a organização e flexibilidade do espaço na habitação, deve também contemplar formas de vida futura, que hoje não se dominam, potenciando a sua utilização evolutiva e a possibilidade de introdução de medidas de conforto e de outras exigências qualitativas, no sentido da adaptabilidade a novos usos e complementaridades.

Relativamente ainda à flexibilidade dos espaços utilizados, consideram-se relevantes a escolha dos materiais e as tecnologias da sua aplicação, no sentido, não só, da reversibilidade desses espaços, mas também da reciclagem e reutilização dos materiais, após o fim do ciclo de vida dos Edifícios e da sua desconstrução e desmantelamento selectivo.

4. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Com a construção de fogos novos bloqueada, como resultado de se ter construído a um ritmo muito superior ao que o mercado conseguia absorver, por falta de planeamento e por especulação fundiária e imobiliária, a reabilitação de fogos existentes no nosso país constitui um mercado potencial muito significativo, comparativamente ao mercado de fogos novos, cujo crescimento foi muito acentuado no final dos anos 90, do século passado, por via, principalmente, dos juros baixos e do fácil escoamento.

Em 2011, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (1), viviam em Portugal 10,6 milhões de pessoas organizadas em 4 milhões de famílias. O parque residencial era composto por cerca de 3,5 milhões de edifícios, dos quais 68,1% eram ocupados como residências habituais e 31,9% eram segundas habitações ou estavam degradadas.

Relativamente à Europa, e ainda segundo a mesma fonte, Portugal é um dos países em que a reabilitação tem menos incidência no sector da construção e também no da habitação. Dos 3,5 milhões de edifícios clássicos existentes, cerca de 71% não necessitam de reparações, 24% precisam de pequenas e médias reparações e aproximadamente 5% carecem de grandes reparações ou encontram-se muito degradados.

Segundo informações recentes da Confederação Portuguesa de Construção e Imobiliário (CPCI), referentes ao 1.º Semestre de 2011, e que têm por base dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), a Reabilitação, em Portugal, pesa apenas 6,5% no sector da construção, um valor muito abaixo, por exemplo, da França 39,4%, da Alemanha 44,6% e da Itália 45,5% e de muitos outros países da Europa, que no conjunto terão uma média da ordem dos 36,8%. A incidência da reabilitação na habitação, é de cerca de 17,4%, enquanto a média europeia se situa nos 49,9%.

A reabilitação tem um papel muito importante na sustentabilidade dos edifícios. Os edifícios existentes a reabilitar têm grandes potencialidades quanto à sua utilização, através

de um processo de recuperação e reabilitação sustentáveis. Utiliza menor quantidade de materiais, reduzindo os impactos negativos ambientais resultantes da exploração e fabrico dos materiais na construção, utiliza processos que induzem à economia de energia e de água, e produz menos resíduos relativamente à produção de fogos novos, prolongando o ciclo de vida dos edifícios, preservando a identidade de património construído e os seus valores culturais. A Reabilitação pode ainda desempenhar um efeito de arrastamento relativamente à dinamização do sector da construção promovendo o emprego e a economia local.

5. CONCLUSÃO

A Globalização não nos deve “impôr” modelos, Modas desintegrados da nossa realidade e a crise que atravessamos poderá ser uma oportunidade para pensarmos a Arquitectura como resultado das nossas condições. Uma arquitectura Glocal, pensada globalmente, mas que seja o resultado de uma acção local, considerando a especificidade das nossas regiões, sabendo interpretar as características geográficas, bioclimáticas do Lugar, os seus recursos, as tecnologias que os sabem aplicar, a nossa identidade.

Consideramos que o arquitecto deve ter uma visão integrada da realidade onde actua e uma actividade inter-profissional com todos os outros actores que intervêm na área da cidade, nos edifícios novos e na reabilitação dos edifícios existentes.

BIBLIOGRAFIA

- Pinto, Alberto Reaes (2013) - Arquitectura e Mudança - 2º Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono, Lisboa: LNEC, 2013.
- Pinto, Alberto Reaes (2011) - A escolha dos Materiais para a Construção Sustentável. Lisboa: Lusíada Editora, 2011.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. Publicações, ed. INE, 2012.

ALBERTO REAES PINTO

Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura e Artes (FAA) da Universidade Lusíada de Lisboa (ULL) e Doutor em Arquitectura pela Universidade de Salford-UK. É Coordenador do Centro de Investigação e Desenvolvimento, em Território, Arquitectura e Design (CITAD) das FAA da Universidade Lusíada. Foi Director da FAA da ULL, no período de 2009 a 2012. Eleito membro do Conselho Geral da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa (AEAULP), em 2011. Foi docente do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Foi administrador de empresas e iniciou a actividade empresarial privada em 1964 na empresa de construção civil ICESA, onde desempenhou cargos de Direcção e de Administração (1972/1989) e especializou-se em pré-fabricação, na Societé Fiorio, em Limoux, France, de 1964 a 1967. Projectista e responsável pela produção de grande parte dos cerca de 10.000 fogos, construídos em pré-fabricação pesada, na área de Lisboa e Grande Lisboa. Eleito Académico Correspondente Nacional pela Academia Nacional de Belas Artes, em 1995. Eleito Presidente do Conselho Regional de Delegados do Sul da Ordem dos Arquitectos, no triénio 1999 a 2001. Nomeado pelo Conselho Nacional da Ordem dos Arquitectos em 2001 para integrar a Comissão de Acreditação do Curso de Arquitectura (CA), da Escola Superior Artística do Porto, e em 2002 para Presidente da Comissão de Acreditação do CA da Universidade do Minho.

Tem participado em em cursos de Pós-Graduação e de Mestrado e integrado júris de Mestrado e de Doutoramento em várias Universidades – Universidade Lusíada, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Lusófona, Universidade Católica, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Superior Técnico, Universidade de Coimbra e Universidade da Beira Interior.